

OPINATIVOS E DE REVISÃO

SEXUALIDADE E SURDEZ: REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS DAS BARREIRAS COMUNICACIONAIS

Alane Santana Santos dos Anjos¹ 

SEXUALITY AND DEAFNESS: REFLECTION ON THE IMPACTS OF COMMUNICATION BARRIERS

SEXUALIDAD Y SORDERA: REFLEXIÓN SOBRE LOS IMPACTOS DE LAS BARRERAS COMUNICATIVAS

Resumo: Este artigo aborda a construção de representações sociais de pessoas surdas sobre a sexualidade e aponta os impactos provocados pela existência de barreiras linguísticas que inibem o acesso a informações. Inicia-se com um levantamento histórico sobre as concepções de surdez e sexualidade. Em seguida, destacam-se a construção da sexualidade ao longo da vida e a perspectiva da sexualidade de pessoas surdas.

Palavras-chave: Surdez; Sexualidade; Barreiras de Comunicação.

Abstract: This article addresses the construction of social representations of deaf people about sexuality and points out the impacts caused by the existence of language barriers that inhibit access to information. It begins with a historical survey on the conceptions of deafness and sexuality. Then, the construction of sexuality throughout life and the perspective of sexuality of deaf people are highlighted.

Keywords: Deafness; Sexuality; Communication Barriers.

Resumen: Este artículo aborda la construcción de representaciones sociales de las personas sordas sobre la sexualidad y señala los impactos que provoca la existencia de barreras idiomáticas que inhiben el acceso a la información. Comienza con un recorrido histórico sobre las concepciones de sordera y sexualidad. Luego, se destaca la construcción de la sexualidad a lo largo de la vida y la perspectiva de la sexualidad de las personas sordas.

Palabras clave: Sordera; Sexualidad; Barreras de comunicación.

Construída a partir de um contexto social, a cultura está associada a um modo próprio do homem em coletividade, às experiências, aos conhecimentos, às aquisições e à transmissão de informações por meio da linguagem, essa que é o principal sistema de representação simbólica para compartilhamentos entre membros de uma coletividade (FORCADELL; GIACOMINI; SANTOS, 2018).

A apropriação cultural é iniciada no ambiente familiar, primeiro e mais próximo grupo social, no qual a criança se refletirá para adquirir uma identidade (FORCADELL; GIACOMINI; SANTOS, 2018). Assim, a dinâmica familiar de pais ouvintes pode ser alterada com a descoberta da surdez dos filhos (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2017).



¹Mestre. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Divisão Médico-Odontológica (DIMO), Rio de Janeiro, Brasil. alane.santana.enf@gmail.com

Nesse contexto, destaca-se um elemento essencial ao ser humano, a sexualidade, uma expressão cultural que é historicamente construída por meio dos aprendizados e práticas. Além de envolver linguagens, rituais, representações e possibilidades de expressões, em que os corpos ganham sentido social e são moldados pelas relações e influências de uma sociedade (RIZZO; GONÇALVES, 2022).

Em relação às pessoas surdas, observa-se a ausência de conhecimentos sobre a temática sexualidade, justificada por mitos e tabus que comprometem a evolução desses sujeitos. Uma escassez de informações que aumenta a vulnerabilidade aos abusos e interfere na percepção sobre a imagem corporal. Salienta-se que além dos aspectos biológicos, o corpo é definido a partir de representações construídas pelo indivíduo (GUIMARÃES; SILVA, 2020).

Ao longo da história, a surdez foi abordada a partir de diferentes concepções, de acordo com a orgânico-biológica, o conceito estaria associado à incapacidade de perceber os sons, uma deficiência. Pautada na medicina, essa perspectiva tem como principal objetivo a habilitação e reabilitação do sistema auditivo (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021).

O processo de habilitação e reabilitação visa ao desenvolvimento de habilidades auditivas e da oralidade, abrange diagnóstico, consultas e exames audiológicos, terapia fonoaudiológica, concessão de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI) e da cirurgia de implante coclear (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021).

Na Antiguidade Clássica (século VIII a.C. a V d.C.), uma dualidade de pensamentos filosóficos se destacou, para Sócrates, era possível utilizar a linguagem corporal como meio de expressão e comunicação. Já Aristóteles, considerava a audição como principal meio para aquisição de conhecimento, logo, pessoas surdas seriam incapazes (LIMA; RÜCKERT, 2020).

A concepção aristotélica sobre a incapacidade de pessoas com perda auditiva repercutiu na Idade Média (século V a XV), um período marcado pelo poder da Igreja e por diversas restrições aos surdos, que eram proibidos de comungar, casar, receber herança e exercer a cidadania. Um cenário em que apenas aqueles de famílias nobres recebiam alguma atenção, porém, distantes da convivência social (LIMA; RÜCKERT, 2020).

Uma das transformações históricas na educação de surdos ocorreu na França, em 1750, com o abade Charles Michel de l'Épée, que aprendeu a língua de sinais com surdos de Paris e passou a usar o sistema de signos para ensino, tendo criado a primeira escola de surdos no mundo, o Instituto Nacional de Surdos-mudos (DUARTE *et al.*, 2013; LIMA; RÜCKERT, 2020).

Atualmente, a concepção socioantropológica considera as singularidades da cultura surda, valoriza a linguagem viso-gestual, a comunicação pela língua de sinais e o bilinguismo (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021). Logo, percebe o empoderamento cultural do sujeito, a partir de sua representação linguística (COSTA; OLIVEIRA; KLEIN, 2021).

No Brasil, a história dos surdos foi marcada pela fundação, em 1857, do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, por Dom Pedro II, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e por movimentos liderados por surdos para oficialização da língua de sinais. Iniciados, em 1993, com um projeto de lei para legalização e regulamentação em âmbito federal e culminando com a criação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) (INES, 2022).

A Libras é uma forma de comunicação e expressão de comunidades de pessoas surdas do Brasil, assim como a língua falada, possui estrutura gramatical e é constituída por sinais sistematizados, que têm o mesmo valor das palavras expressas oralmente (BRASIL, 2002).

Apesar do reconhecimento linguístico, a principal dificuldade para interação de pessoas surdas é de cunho comunicacional (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2017). Ao utilizar a Libras como primeira língua, o sujeito enfrenta barreiras que dificultam sua relação com os ouvintes e seu acesso às informações (SILVA; CAVALCANTI, 2017). Da mesma forma, seu desenvolvimento cultural a respeito de fatos sociais, como a sexualidade.

Historicamente, o conceito de sexualidade foi ampliado e moldado de acordo com normas socioculturais de cada época, para Foucault, uma invenção do século XVIII (*apud*. HEILBORN, 2006, p. 45). É um termo abrangente, entendido a partir de um contexto cultural e em consideração às relações interpessoais

dos indivíduos, pode ser alterado e criado a partir da concepção do próprio corpo e dos desejos e prazeres (RIZZO; GONÇALVES, 2022).

Elemento essencial ao ser humano, a sexualidade engloba uma série de experiências e sentimentos, tais como, prazer, toque, afetividade, carinho, amor, além de incorporar respeito, diversidade cultural e religiosa, valores e relações de gênero. Trata-se de um conceito multidimensional que inclui sexo, gênero, identidades e papéis, erotismo, intimidade e reprodução (ZOMPERO *et al.*, 2018).

Para Heilborn (2002), a sexualidade está intrinsecamente relacionada ao corpo, ambos envoltos por experiências sociais diversificadas, consoante os diferentes grupos sociais. A autora descreve o corpo como uma entidade elaborada pela coerção social, em que os diferentes significados físicos são culturalmente determinados pelo ambiente social.

A relação entre sexualidade e corpo pode ser observada em diversos contextos: na expectativa social de excitação diante de determinados estímulos, tais como os audiovisuais; na criação de estereótipos de beleza e na padronização de parceiros, em relação a gênero, estatura, idade e proporcionalidade, que influenciam socialmente nas escolhas individuais e na produção de estigmas diante do diferente (HEILBORN, 2006).

Destarte, os comportamentos sexuais são expressos por padrões internalizados ao longo da vida do indivíduo, por intermédio da adaptação ao que foi fornecido pela cultura. Essa desenvolve um roteiro sexual para os sujeitos em relação às suas práticas, com indicação de quando, onde, com quem, como e por que ter alguma atividade sexual (LEAL; KNAUTH, 2006).

Esse processo de técnicas do corpo resulta da educação, da tradição, da transmissão entre gerações e da imitação prestigiosa, conceito que remete à reprodução de ações exitosas, realizadas por pessoas nas quais se confia e que exercem autoridade sobre o indivíduo. Assim, a criança adquire técnicas que lhe são transmitidas por seus pais (MAUSS, 2018).

As técnicas corporais são organizadas na consciência do sujeito como um sistema de montagens simbólicas advindas do grupo no qual está inserido, em forma de permissões e proibições (MAUSS, 2018). Dessa forma, roteiros sexuais são estabelecidos culturalmente e os comportamentos e as práticas variam em relação a gênero, classes, segmentos e fases da vida (HEILBORN, 2006).

Portanto, a descrição das condutas sexuais de uma sociedade é reflexo das experiências vivenciadas por seus membros junto à família, amigos, escola, entre outras redes. No que tange as fases da vida, é a partir da adolescência que a sexualidade começa a ser evidenciada, a partir do início das atividades sexuais e das percepções acerca do uso social do corpo (HEILBORN, 2006).

Leal e Knauth (2006) afirmam que a sexualidade está envolta pela vida social e que o indivíduo é conduzido por parâmetros preexistentes, fundados nas representações sociais. É uma temática cercada por simbologias, valores culturais e aspectos biológicos (MÜLLER; QUARESMA, 2015). Nessa perspectiva, a educação em sexualidade debate tanto as questões biológicas, quanto os aspectos psicológicos, sociais, culturais, históricos e econômicos relacionadas à sexualidade (GAVA; VILLELA, 2016; HENRIQUE; FREITAS; HARDOIM, 2018).

Nas instituições de ensino, as discussões sobre sexualidade foram instituídas a partir do século XX, com ênfase inicial no controle epidemiológico e amparados nas conjecturas da moral religiosa e do higienismo. Sendo os debates políticos a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos responsáveis pela amplitude do conceito de sexualidade (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Em relação aos direitos supracitados, destacam-se as conferências realizadas na década de 1990, no Cairo e em Pequim (GOMES, 2021). Desses eventos resultaram documentos que contemplaram os direitos humanos, a liberdade sexual e a implementação de políticas públicas com vistas à disseminação de informações sobre saúde sexual e reprodutiva (GOMES, 2021).

Segundo Gomes (2021), foi nesse período que o conceito de sexualidade começou a fornecer subsídios que posteriormente possibilitaram a legitimação do direito sexual das mulheres. Simultaneamente, reflexos foram projetados à educação e o ambiente acadêmico passou a ser visto como fundamental para execução de políticas e projetos com vistas à garantia de direitos reprodutivos e sexuais da comunidade escolar

(FURLANETTO *et al.*, 2018).

Embalada por movimentos internacionais que defendiam a universalidade do acesso à educação, eclodiu a demanda de inserir a educação sexual no contexto de políticas públicas no Brasil (SILVA; COSTA; MÜLLER, 2018). Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) originou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que na publicação de 1997, pela primeira vez, incluiu a orientação sexual, com vistas à abordagem da sexualidade no ambiente escolar (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Segundo Silva, Costa e Müller (2018), com a elaboração dos PCNs, os professores receberam a tarefa de orientar sobre as questões relacionadas à sexualidade e, dessa forma, preencher vazios deixados pelas famílias. Todavia, a abordagem do tema por educadores ainda é percebida como uma atividade complexa, seja pelo despreparo ou pelos tabus que cercam a temática (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Os conceitos abordados na educação em sexualidade transcendem a reprodução humana, envolvem aspectos éticos e conhecimentos que possibilitem escolhas saudáveis sobre relacionamentos e sexo (ZOMPERO *et al.*, 2018). Destarte, a efetividade na implementação das práticas preconizadas ainda é questionável (FURLANETTO *et al.*, 2018).

Salienta-se, que a dificuldade em relação à educação em sexualidade também é apontada por professores de escolas inclusivas (BORTOLOZZI; VILAÇA, 2020). A educação inclusiva é amparada pela LDB e tem por objetivo garantir o direito de todos à educação, com respeito às particularidades e valorização das diferenças humanas (SILVA; COSTA; MÜLLER, 2018).

A esse respeito, Bortolozzi e Vilaça (2020) descrevem que a associação da sexualidade de pessoas com deficiência a expressões sexuais consideradas inadequadas, refletem a falta de oportunidades educativas e o desenvolvimento precário das habilidades sociais desses sujeitos, não a deficiência.

Por conseguinte, a abordagem da temática em ambientes acadêmicos inclusivos exige dos educadores a compreensão da sexualidade no desenvolvimento humano, a capacitação profissional sobre as singularidades dos diferentes grupos sociais e o apoio institucional para disseminação de conhecimentos em todos os níveis (BORTOLOZZI; VILAÇA, 2020).

Rizzo e Gonçalves (2022) destacam que a sexualidade de pessoas surdas é abordada por duas vertentes principais, a primeira com uma perspectiva de que esses sujeitos seriam assexuados, desprovidos de necessidades e de direitos, já a segunda, está vinculada a uma exacerbação sexual (DREYER; MATEUS; GONÇALVES, 2018).

Consequentemente, tentativas de dirimir as manifestações sexuais de sujeitos surdos se baseiam em um entendimento equivocado de que a sexualidade de tais sujeitos teria uma origem problemática e patológica, conceitos errôneos que fortalecem o preconceito sobre jovens surdos (FONTANA; SCHWIDERKE; TRINDADE, 2018).

Nesse sentido, estudo realizado em Cuiabá (Mato Grosso) identificou que a sexualidade e o ato sexual não são conceitos abordados pelas famílias de surdos, por acreditarem na assexualidade de seus filhos. Assim, os esclarecimentos passam à responsabilidade de terceiros (HENRIQUE; FREITAS; HARDOIM, 2018).

Tal censura à pessoa surda também foi identificada por Dreyer, Mateus e Gonçalves (2018), tanto por parte da família, com vistas à preservação desses, quanto da escola, por falta de uma didática apropriada. Os surdos enfrentam problemas de acesso a informações porque a sociedade limita-os de condições e espaços para a educação em sexualidade (RIZZO; GONÇALVES, 2022).

Ressalta-se que a restrição a informações condena à ignorância e a possíveis comportamentos de risco (DREYER; MATEUS; GONÇALVES, 2018). Uma omissão que torna os jovens surdos vulneráveis a abusos e compromete a construção de suas representações sociais sobre o corpo (GUIMARÃES; SILVA, 2020).

Segundo Souza *et al.* (2022), pessoas surdas estão em um contexto de vulnerabilidade sociocultural, que dificulta sua autonomia e seu protagonismo, pela inexistência de sistemas informativos e acessíveis, que valorizem suas singularidades. Portanto, é imprescindível ultrapassar barreiras linguísticas e estabelecer uma comunicação efetiva sobre sexualidade, corpo e sexo (GUIMARÃES; SILVA, 2020).

O desconhecimento da sociedade em relação à língua de sinais foi evidenciado por surdos universitários

como um dos obstáculos à aquisição de conhecimentos a respeito da sexualidade (GUIMARÃES *et al.*, 2019). Semelhantemente, Heiman, Haynes e Mckee (2015) evidenciaram a ausência de informações sobre saúde sexual na Língua de Sinais Americana (ASL) e constataram que surdos estão mais expostos aos abusos sexuais infantis e violências, conseqüentemente, mais suscetíveis às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Além de práticas sexuais de risco, como sexo desprotegido e relacionamentos com múltiplos parceiros, em Yaounde, capital da República dos Camarões, foi constatada uma prevalência da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV); similar entre surdos e população geral, desmistificando a crença de que esse grupo seria assexuado (TOUKO *et al.*, 2010).

Na população estudada foi observado que o comportamento de risco estava relacionado à percepção do surdo sobre si, fortalecida pela perspectiva de demonstrar habilidades de sedução e de neutralizar sua inferioridade sexual. Já a não utilização de preservativos estava fundada na confiança no parceiro, recusa por ele e indisponibilidade de preservativo (TOUKO *et al.*, 2010).

Frisa-se que a sexualidade é uma expressão cultural, construída ao longo da vida e de forma distinta para cada sujeito, em se tratando de pessoas surdas, a carência de informações está associada à existência de barreiras linguísticas e ao silenciamento familiar sobre a temática (RIZZO; GONÇALVES, 2022).

Apesar de inicialmente associada a uma perspectiva de prevenção de doenças, a educação em sexualidade não deve se limitar exclusivamente a tal concepção. O conceito deve ser amplamente discutido com vistas à reflexão e contextualização de conhecimentos, que possibilitem tomadas de decisões conscientes e redução de vulnerabilidades sociais (BORTOLOZZI; VILAÇA, 2020).

Destarte, Henrique, Freitas e Hardoim (2018) propõem mudanças na educação em sexualidade, com vistas à liberdade de expressão e à compreensão por parte das pessoas surdas. A partir de uma perspectiva ampla que envolva todas as dimensões da sexualidade, quais sejam, biológica, psíquica, sociocultural, política, entre outras (DREYER; MATEUS; GONÇALVES, 2018).

Agradecimentos

Sou grata por cada oportunidade e por todas as pessoas que de alguma forma participaram de minha trajetória acadêmica, através de palavras de incentivo ou pela disponibilidade de tempo para ensinar e compartilhar conhecimentos.

Referências

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>

BORTOLOZZI, A. C.; VILAÇA, T. Educação sexual na educação inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos. *Diversidade e Educação*, v. 8, n. 1, p. 190-211, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v8i1.11307>

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências*. [DOU]. Brasília (DF), 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasil.1035>

COSTA, A. C. B.; OLIVEIRA, W. M. M.; KLEIN, M. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 26, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5356>

DREYER, L. R. O.; MATEUS, M. A. R.; GONÇALVES, J. P. Pessoas com surdez e suas relações com a sexualidade: silenciamentos e descobertas. *Textura*, v. 20, n. 44, p. 256-271, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-20-44-3696>

- DUARTE, S. B. R. et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-597020130005000015>
- FONTANA, R. T.; SCHWIDERKE, P. F.; TRINDADE, M. A. B. As infecções sexualmente transmissíveis na percepção de pessoas surdas. *Interfaces da Educação*, v. 9, n. 26, p. 316-335, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v9i26.1479>
- FORCADELL, E. P. C. S. P.; GIACOMINI, F. O.; SANTOS, L. Aspectos culturais da comunidade surda: uma investigação acerca do desenvolvimento cognitivo em crianças a partir da análise de filmes. *Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Fundação Universidade Federal de Rondônia*, v. 5, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47209/2594-4916.v.5.n.2.p.121-135>
- FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de pesquisa*, v. 48, p. 550-571, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145084>
- GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 24, p. 157-171, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a>
- GOMES, J. C. A. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. *Revista Direito GV*, v. 17, 2021. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202136>
- GUIMARÃES, V. M. A. et al. Surdez e sexualidade: Uma análise a partir das representações sociais de universitários surdos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 2, p. 387-405, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.44280>
- GUIMARÃES, V. M. A.; SILVA, J. P. Surdez e sexualidade: as representações sociais dos discentes surdos. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, v. 72, n. 1, p. 125-139, 2020.
- HEILBORN, M. L. Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 43-59, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2006000100004>
- HEILBORN, M. L. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. *Cadernos Cepia nº 5*. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 2002, p. 73-92.
- HEIMAN, E.; HAYNES, S.; MCKEE, M. Sexual health behaviors of Deaf American Sign Language (ASL) users. *Disability and Health Journal*, v. 8, n. 4, p. 579-585, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2015.06.005>
- HENRIQUE, V. H. O.; FREITAS, A. S. H. J.; HARDOIM, E. L. Sexualidade e Educação: uma comparação entre alunos surdos e não surdos. *Revista Praxis*, v. 10, n. 20, p. 35-44, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47385/praxis.v10.n20.715>
- INES. *Instituto Nacional de Educação de Surdos*, 2022.
- LEAL, A. F.; KNAUTH, D. A relação sexual como técnica corporal: representações masculinas de relacionamentos afetivo-sexuais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, p. 1375-1384, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2006000700003>
- LIMA C. R. O.; RÜCKERT, F. Q. A ve(o) z do povo surdo: do historicismo à história cultural. *Revista Primeira Escrita*, v. 7, n. 1, p. 7-19, 2020.
- MAUSS, M. As Técnicas Corporais. In: *Sociologia e antropologia*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.
- MONTEIRO, R.; SILVA, D. N. H.; RATNER, C. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 32, n. 5, p. 1-7, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210>

MÜLLER, M. B. C.; QUARESMA, D. R. *Surdez, gênero e sexualidade: as imagens sociais dos docentes em uma escola municipal de ensino fundamental bilíngue da região metropolitana de Porto Alegre*. SEFIC, 2015.

RIZZO, J. G. S.; GONÇALVES, J. P. Sexualidade e surdez: um diálogo a partir de Michel Foucault. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e4801121024-e4801121024, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.21024>

SILVA, D. R. Q.; COSTA, Z. L. S.; MÜLLER, M. B. C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação. *Educação*, v. 41, n. 1, p. 49-58, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29812>

SILVA, K. L. F.; CAVALCANTI, S. L. Comportamento Sexual de Surdos Participantes da Comunidade Surda de Maceió. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 55-61, 2017. DOI: <https://doi.org/10.28998/2525-4200.2016v1n1.55-61>

SOLEMAN C.; BOUSQUAT A. Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00206620, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00206620>

SOUZA T. B. G et al. Contribuições de Enfermagem para o acesso à saúde da pessoa surda. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 8, p. e27011826940-e27011826940, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i8.26940>

TOUKO, A. et al. Sexual vulnerability and HIV seroprevalence among the deaf and hearing impaired in Cameroon. *Journal of the International AIDS Society*, v. 13, n. 1, p. 5, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1186/1758-2652-13-5>

ZOMPERO A. F. et al. A temática sexualidade nas propostas Curriculares no Brasil. *Revista Ciências & Ideias*, v. 9, n. 1, p. 101-114, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22407/2176-1477/2018.v9i1.783>

Recebido em: 20/12/2022

Aprovado em: 24/03/2023